

Exclusão / inclusão: elementos para uma discussão

Joseilda Sampaio Souza*

Maria Helena Silveira Bonilla**

Resumo O contexto contemporâneo é marcado pela presença das tecnologias da informação e comunicação, o que potencializam a circulação de informações, a comunicação, novas formas de trabalhar, se relacionar, de aprender e de construir conhecimento. Daí decorre a necessidade de apropriação e uso dessas tecnologias, de se pensar processos de significação, aprendizagem, cidadania, produção de cultura e conhecimento. Assim, tomando como referência alguns conceitos mapeados relacionados à inclusão digital, buscamos pontuar definir tais conceitos na perspectiva de diferentes autores, de forma a trazer elementos para discussão das questões que perpassam este tema considerado tão complexo.

Palavras-chave exclusão/inclusão digital; inclusão social; alfabetização digital; acesso e cidadania

Exclusion/inclusion: elements for a debate

Abstract Our contemporary context is marked by the presence of information and communication technologies, which increase the potential of the flow of information, communication, new ways of working, to relate, to learn and build knowledge. The need follows for appropriation and use of these technologies, as well as for thinking about processes of meaning attribution, learning, citizenship, culture and production of knowledge. Thus, we refer to some concepts mapped related to digital inclusion, from the perspective of different authors, in order to provide elements for discussion of the issues that permeate this complex subject.

Keywords exclusion / digital inclusion; social inclusion; digital literacy; access and citizenship

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Endereço postal: UFBA, Programa de Pesquisa e Pós Graduação Em Educação, Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias, Av. Reitor Miguel Calmon s/n, Campus do Canela, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41110-100, tel. (71) 3283-7274 e e-mail sule_sp@yahoo.com.br

** Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora adjunto da Faculdade de Educação da UFBA. Endereço postal: UFBA, Faculdade de Educação, Departamento de Educação II, Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Campus do Canela, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41110-100, telefone (71) 3263-7275 e e-mail mhbonilla@pq.cnpq.br

Introdução

O contexto contemporâneo é marcado pela presença das tecnologias da informação e comunicação que possibilitam a circulação de informações, novas formas de trabalhar, de se relacionar, de aprender e de gerar conhecimento. Neste contexto, nos deparamos também com uma necessidade de apropriação e uso dessas tecnologias de tal forma que, nos últimos anos, passamos a vivenciar uma proliferação de cursos, projetos e programas que buscam oferecer acesso, treinamento e capacitação para uso de tais tecnologias. Entretanto, acreditamos que serão úteis para aqueles sujeitos que conseguem dar sentido e significado de acordo com sua cultura e contexto de vida, de forma a potencializar os mais diversos processos de aprendizagem.

É nesse contexto que, no início do século XXI, emerge o movimento denominado “inclusão digital”, o qual visa inserir a população na cultura que se forma em torno das tecnologias digitais, a cibercultura. Compõem esse movimento políticas públicas e institucionais, ações e projetos direcionados para implementação de infra-estrutura de rede, acesso à população, formação para o trabalho e para a cidadania. No discurso e nas intencionalidades, inclusão digital aparece relacionada à inclusão social, porém, essa relação não está dada, especialmente quando a lógica de trabalho adotada nos projetos de inclusão digital estiver baseada em cursinhos básicos de informática.

Primeiro elemento: a construção do significado

Com a inserção das tecnologias da informação e comunicação – TIC - na sociedade, percebe-se que o termo inclusão digital passou a ser discutido de forma mais abrangente, especialmente a partir da implementação dos Programas Sociedade da Informação. No Brasil, após o lançamento do “Livro Verde – Sociedade da Informação no Brasil”, em 2000, estas discussões passaram a ser algo mais freqüente, tanto em nível político quanto acadêmico. Com o Livro Verde, o país adotou o caminho de primeiro investir no desenvolvimento da infra-estrutura de informações, em seguida investir na informatização da economia, para então chegar ao patamar da Sociedade da Informação.

Nesta lógica, nota-se que as diretrizes apontadas no Livro Verde (BRASIL, 2000) envolvem essas duas fases: a primeira fase, da infra-estrutura com investimentos em telecentros, projetos, políticas públicas, estrutura de rede, subsídio para compra de equipamentos, entre outros. E a segunda fase, da economia informatizada, que faz uso da infra-estrutura para investimentos nessa área. Esta concepção é evidenciada na organização de uma economia digital, e os sujeitos são vistos como consumidores de bens, serviços e informações. Para tanto, esta é uma concepção do sistema capitalista, o qual, ao mesmo tempo em que gera exclusão, precisa “reintegrar ao sistema pelo menos uma parte dos excluídos para conseguir manter-se” (BONILLA, 2005, p.41). Nessa perspectiva, Sorj (2003) afirma que os princípios do capitalismo contemporâneo são um “produto de uma ação combinada e contraditória”, com liberdade de iniciativas individuais e valorização da igualdade, porém, é preciso considerar que,

Enquanto o primeiro princípio indica que cada pessoa deveria adquirir no mercado bens e serviços de acordo com suas posses e opções pessoais; o segundo exige algum tipo de intervenção no sistema distributivo, de forma a assegurar para todos os cidadãos o acesso mínimo de bens e serviços considerados básicos num dado momento histórico (SORJ, 2003, p.38)

Percebe-se, portanto, uma contradição para que esse sistema consiga se manter, ou seja, ao mesmo tempo que gera novos excluídos busca incluir os indivíduos pensados enquanto consumidores, sob risco de estagnação do modelo econômico. Desta forma pode-se inferir que se as comunidades de baixa renda não tiverem acesso à rede, a economia digital estará perdendo um grande número de consumidores, conseqüentemente negócios.

É notório nas discussões adotadas em torno do Livro Verde, a ausência de soluções para com as questões sociais, em grande medida devido a complexidade de soluções possíveis. Ao se esquecer das questões sociais, esquece-se também da questão das desigualdades relacionadas ao acesso às TIC que atingem uma grande parcela da população. Ou seja, ao direcionar as discussões para a questão da infra-estrutura e para a questão da economia digital, mantém-se a lógica capitalista, que busca atingir o consumidor de serviços, o consumidor conectado à rede, sem uma preocupação de associar as problemáticas sociais com a potencialidade das tecnologias da informação e comunicação. Logo, nessa lógica, aqueles que já estavam excluídos socialmente também estariam excluídos digitalmente.

São essas desigualdades que muitos conceituam como: exclusão digital, apartheid digital, infoexcluídos, brecha digital, divisão digital, entre outros. Com a justificativa de tentar diminuir ou combater a exclusão dos sujeitos que estão numa dinâmica social desfavorável e que conseqüentemente não têm acesso ao uso intensivo das tecnologias de base digital, que são desenvolvidos diversos programas, ações e políticas públicas, denominados de programas de Inclusão Digital. Essas ações, em geral são implementadas com base em políticas compensatórias¹, com o objetivo de atender, por assim dizer, as possíveis necessidades daqueles vistos como “excluídos”, propondo meramente a universalização do acesso as TIC. No entanto, a análise desses discursos nos aponta para a necessidade de compreensão quanto à apropriação desse termo “Inclusão Digital”.

Ao tentar entender as questões que perpassam a significação desse termo, percebemos a complexidade deste, principalmente quando o mesmo passa a ser utilizado como solução para quase todas as problemáticas da sociedade. Segundo Boneti (2005), a inclusão é mais um discurso do que um conceito. Assim, percebemos que a inclusão tem sido encarada por muitos como um discurso que se fundamenta na existência de uma problemática social que causa um mal-estar: a “exclusão”, e que por isso mesmo precisa ser minimizada e combatida.

¹ Entendemos que as políticas compensatórias visam remediar problemas gerados em larga escala por ineficientes políticas preventivas anteriores. Dessa forma, Ribeiro (1991) as definem como “políticas que não consideram os determinantes mais amplos que interferem em sua conformação; (...) políticas que se dirigem idealmente à relativização dos efeitos sociais negativos reproduzidos pela urbanização e materialidade urbana, e não as suas causas”. No entanto, o que se percebe é que as políticas compensatórias se destacam pela velocidade com que seus efeitos são sentidos, que em geral são efeitos rápidos assistencialistas, pois à medida que são retirados os incrementos que com elas foram beneficiados um determinado grupo de pessoas, a problemática tende a retornar.

Nesse discurso, o contexto da exclusão passa a ser encarado como um grande desafio a ser superado, uma vez que a conhecida desigualdade existente entre pobres e ricos é evidenciada também na exclusão digital. Entendemos ser este “um dos problemas mais críticos da contemporaneidade e que é agravado com a perspectiva economicista e quantitativa dos Programas Sociedade da Informação” (BONILLA, 2005, p.61). Isso significa dizer que a difusão das TIC no contexto dessas perspectivas implica uma reprodução, ou talvez mesmo exacerbar as desigualdades sociais, políticas e econômicas já existentes, conduzindo assim aos *infoexcluídos*.

Na realidade, nesse contexto é evidenciada a existência da dualidade: exclusão/inclusão. Rummert (2006) considera que esse binômio exclusão/inclusão é tratado de modo a obscurecer o paradoxo que lhe é inerente, e que só pode ser desvelado quando o analisamos em sua radicalidade. Portanto, nessa lógica, quando este binômio é tratado em nível de senso comum, impossibilita perceber suas formulações teórico-práticas. A partir disso, a proposta social de se propiciar a inclusão aos chamados excluídos é insignificante.

Todavia, podemos afirmar que na dinâmica inclusiva e exclusiva, a exclusão é mais a violenta possível, pois não deixa alternativa ao excluído. Esses “excluídos” por sua vez, não constituem um grupo homogêneo, e sim estes são,

(...) mais precisamente coleções de indivíduos separados de seus pertencimentos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. (CASTEL, 2003 apud BONETTI, 2005).

Entendemos também que a pobreza, a falta de trabalho, as condições precárias de moradia fazem parte de uma complexa problemática social, que está sendo agravada com a chamada exclusão digital. Sobre esse aspecto, Silveira (2001, p.18) ressalta que, a exclusão digital impede que se reduza a exclusão social, uma vez que as principais atividades econômicas, governamentais e boa parte da produção cultural da sociedade vão migrando para a rede, sendo praticadas e divulgadas por meio da comunicação informacional.

Nesse sentido, estar fora dessa dinâmica é ficar fora dos principais fluxos de informação, e, conseqüentemente, ao desconhecer esses procedimentos básicos, os sujeitos carregam consigo uma “nova ignorância” (SILVEIRA, 2001, p.18). Faz-se necessário deixar claro que, sem dúvida alguma não podemos dizer que com a presença das tecnologias todas as mazelas sociais serão solucionadas. Nesse sentido Sorj (2003, p.14) defende que “embora aceitemos que as tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje condições fundamentais da integração na vida social”. Dessa forma, acreditamos sim, que aliada à apropriação das tecnologias poderemos ter diversas possibilidades de se exercer a cidadania, pois “quanto mais cidadãos forem às pessoas, mais conscientes serão das necessidades de reinvenção da dinâmica social excludente e desigual” (SILVEIRA, 2001, p.18).

No entanto, torna-se necessário considerar que o discurso da exclusão/inclusão, de certa forma, é o que tem mobilizado governos, comunidades, instituições, na busca de lutar pelo direito do acesso e a

apropriação da cultura digital. Nesse sentido, percebe-se a importância da discussão, quanto aos significados e concepções atribuídos a estes discursos, sendo indispensável que o fluxo destes venham fluir em diferentes direções, para que não seja aceito de forma inquestionável e com uma uniformidade de discurso.

Assim, consideramos interessante trazer o significado do termo inclusão digital proposto por Maraschin (2005, p.135), em que esta autora ressalta a inclusão como “uma via de múltiplos sentidos, mas principalmente daqueles que buscam a efetivação de mudanças estruturais que afetam todos os participantes”. E complementa afirmando que quando estas mudanças ocorrem de maneira unilateral, não podemos dizer que este é um processo inclusivo, pois, quando estamos trabalhando com a questão da inclusão, esta não é uma relação meramente instrumental, “(...) mas uma pertença vivida capaz de operar transformações estruturais passíveis de deslocar os modos de efetuar as distinções de si e do mundo”(MARASCHIN, 2005, p.140).

Já Silveira (2005, p.434), afirma que a discussão em torno da inclusão digital nos leva a definição de seu foco, e aponta três pontos distintos nessa discussão: a inclusão voltada para a cidadania, no sentido da busca do direito de interagir e do direito de se comunicar por meio das redes; a inclusão voltada para inserir as camadas mais pauperizadas ao mercado de trabalho - neste caso seria uma inclusão com um foco mais tecnicista, de ações que estão voltadas a meros “cursos de informática”; e por último a inclusão voltada à educação, na perspectiva da importância da formação sócio-cultural dos jovens, na sua formação e orientação diante do dilúvio informacional. Diante da definição do foco, Silveira (2005, p.434) define a inclusão digital “como a universalização do acesso ao computador conectado à internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia”.

Frente a esse quadro, enquanto educadores, entendemos que a inclusão digital precisa estar associada a cidadania, de forma que a mesma não seja apenas compreendida de forma simplista, como algo que é produzido fora dos contextos sociais e a eles aplicados impositivamente. Concordamos com Buzato, ao significar a inclusão como

“um processo contínuo e conflituoso, marcado pela tensão entre homogeneização e proliferação da diferença, tradição e modernidade, necessidade e liberdade, através do qual às TIC penetram contextos socioculturais (sempre heterogêneos), transformando-os, ao mesmo tempo em que são transformadas pelas maneiras como os sujeitos as praticam nesses contextos. (BUZATO, 2007, p. 74).”

Além desse significado, compreendemos também que ao falar de cidadania, esta representa, acima de tudo, participação ativa, que possibilite criação, construção, transformação, como processos indispensáveis para a realização do exercício de nossos direitos. Mas, para tal, é preciso que a sociedade seja composta de cidadãos conscientes da sua realidade, e dispostos a interferir nela. Em suma, entendemos que o exercício da cidadania representa um meio de combater a chamada exclusão.

O que se percebe é que a compreensão do significado do termo “inclusão” é algo complexo de ser entendido, de ser até mesmo explicitado, pois as discussões quanto ao significado, concepções e

ações trazem outras questões a serem abordadas. Torna-se difícil pensar num conceito que venha dar conta de todas as problemáticas da sociedade. Entendemos que essas discussões se fazem necessárias, especialmente quando analisadas no contexto social.

Assim, para um melhor entendimento das questões que perpassam o significado do termo da inclusão digital, buscamos, portanto, articular as problemáticas que emergem em torno desse significado, associado às questões em torno da inclusão social, pois quando pensamos em exclusão social, primeiramente a associamos às desigualdades sociais.

A inclusão digital articulada à inclusão social

Ao trazer a origem da noção da exclusão social, Boneti (2005) destaca que esta “aparece exatamente no momento em que os sistemas econômicos quebram a homogeneidade, impondo um processo de individualização”. Nesse caso, os “excluídos” seriam aqueles separados de seus pertencimentos coletivos e que se encontram no contexto das desvantagens sociais, tais como: a pobreza, falta de trabalho, falta de moradia, etc. Dessa forma, a exclusão social está associada a uma visão funcionalista que caracteriza um contingente populacional que estaria *fora*, à margem da sociedade. Assim, esse termo apresenta uma origem positivista que parte do pressuposto de “dualidade e estaticidade das relações sociais” (BONETI, 2005), ou seja, nessa perspectiva, excluídos seriam aqueles que estariam “*fora do social*”, tais como: os leprosos, os marginais, os doentes mentais, entre outros.

Ao referir-se à noção de inclusão, nessa perspectiva, Boneti (2005) coloca que esta apresenta maiores complicadores, pois além de guardar consigo o significado original da exclusão, não se constitui como noção ou conceito, e sim, “trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social”, a exclusão. Todavia, o entendimento do social, partindo da concepção dual “*do de dentro e do de fora*”, serviu como base para a construção da noção de cidadania.

A noção de cidadania, que persiste até os dias atuais, é a que conserva uma proximidade com a noção de ser incluído/a, que está associado aos direitos constitucionais (BONETI, 2005). Nessa perspectiva, incluída seria a pessoa juridicamente cidadã, ou seja, aquela que usufrui os seus direitos e deveres sociais básicos. Com o advento da sociedade industrial e a complexidade inerente ao processo de urbanização, aumenta-se uma dependência da sociedade civil frente às políticas sociais do Estado, e então, essa concepção dual, entre “incluído e excluído, do dentro e do fora” ampliou-se cada vez mais.

No entanto, segundo Boneti (2005), os pedintes, os que não trabalham, que não votam, também são cidadãos, uma vez que eles não deixam de conviver, de se relacionar socialmente, de provocar e sofrer ações, discriminações, nem tampouco de consumir (e o consumo permeia a sociedade capitalista). Além disso, ao tomar emprestado as idéias de Martins (1997), entendemos que o processo de exclusão, nesse contexto, “cria uma sociedade paralela que é incluído do ponto de vista econômico e excluído do ponto de vista social, moral e até político” (MARTINS, 1997, p.34).

É importante ressaltar que a participação política destas pessoas se constitui “pela exteriorização dos conflitos e problemas sociais”, o que gera um mal-estar na sociedade e os empurra cada vez mais para a margem dos processos decisórios, em todas as esferas sociais. Silveira (2001) destaca que:

“A pobreza não será reduzida com cestas básicas, mas com a construção de coletivos sociais inteligentes, capazes de qualificar as pessoas para a nova economia, e para as novas formas de sociabilidade, permitindo que utilizem ferramentas de compartilhamento de conhecimento para exigir direitos, alargar a cidadania e melhorar as condições de vida (SILVEIRA, 2001, p.21).”

Porém, é necessário que se compreenda que isso somente será possível a partir do momento que os sujeitos (cidadãos) puderem se apropriar dos recursos de compartilhamento de conhecimento e ter consciência das suas potencialidades e possibilidades. Ou seja, à medida que os cidadãos entenderem que o computador pode potencializar a sua capacidade de solucionar problemas emergentes, tais como: aprendizagem, saúde, serviço público e cidadania, isto é, a partir da “promoção de uma cultura digital e a valorização da identidade local” (GUERREIRO, 2006, p.175), que são dois aspectos importantes a serem considerados numa sociedade em rede.

Nessa perspectiva, é possível associar a inclusão digital a conceitos como inclusão social e cidadania, pois esses também representam processos contínuos e conflituosos, que envolvem participação na dinâmica social. Isto é, interferência, criação, construção, transformação, considerados como processos indispensáveis ao exercício de nossos direitos enquanto cidadãos.

Para Guerreiro (2006), o contexto da “inclusão digital” precisa ser abordado relacionando-o com a *inclusão social*. Assim, ao relacionar o significado de inclusão social com a inclusão digital, Bonilla e Pretto (2001), ressaltam que,

“(...) a inclusão digital significa a participação efetiva, onde os indivíduos têm capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas, também, de prover serviços, informações e conhecimentos, conviver e estabelecer relações que promovam a inserção das múltiplas culturas nas redes, em rede” (BONILLA; PRETTO, 2001).

Vale ressaltar que, sendo a inclusão social também um processo conflituoso, percebemos que as questões em torno da inclusão digital perpassam a inclusão social, pois, de acordo com Lemos e Costa (2007, p.39), “a inclusão digital pode ser uma facilitadora de outras inclusões, como a sócio-econômica, por exemplo”. As discussões em torno dessas temáticas apontam que a ausência de um processo de inclusão digital no contexto contemporâneo da cibercultura poderá favorecer o agravamento da exclusão social. A partir do ponto de vista destes autores, entendemos que para tais questões “a inclusão digital deve ser pensada como uma estratégia para a inclusão social das camadas mais desfavorecidas da população, transcendendo os modismos que se agregam ao conceito” (LEMOS; COSTA, 2007, p. 39).

Nessa perspectiva, a inclusão se configura como um processo complexo, e necessita ser entendida como uma dinâmica e um movimento que possa favorecer aos sujeitos o resgate de valores e direitos negados durante sua história, e que serão conquistados a partir da efetiva cidadania. Contudo, podemos salientar que este não é um “*processo fácil*”, e sim, que é um processo construído a partir da conscientização dos sujeitos sobre a situação em que estão imersos, aliado ao desejo de mudança e transformação da sociedade.

Assim, ao buscar compreender o significado da inclusão digital, a entendemos numa perspectiva de potencializador da inclusão social, que demanda políticas públicas que superem a lógica assistencialista, de apenas amparar os mais pobres, oferecendo acesso sem comprometimento com o social, e sem adequação aos contextos e comunidades específicas. Não acreditamos em um modelo único de "inclusão". A participação efetiva desses sujeitos sociais, com seus desejos, necessidades e problemáticas, modela cada ação como única e singular, pois é decorrente das demandas de cada comunidade. É somente nesta dimensão que existe a potencialidade para transformar as práticas, as relações, as instituições e os contextos sociais.

A inclusão articulada à alfabetização digital

Ao articular o significado da inclusão com outros elementos que o perpassa, percebemos que no campo da tecnologia, das possibilidades, dos movimentos e iniciativas de inclusão digital, também encontramos alguns autores que associam a "inclusão digital" ao esforço com que "as populações das sociedades contemporâneas obtêm os conhecimentos necessários para utilizarem linguagens e capacidades dos recursos das TIC" (ASSUMPÇÃO, 2002, p.12). Nessa perspectiva entendemos que ao utilizar as tecnologias de base digital, apenas com o objetivo de favorecer aos sujeitos o conhecimento necessário para utilizarem linguagens e recursos, essa ação deixa de ser uma ação de inclusão digital e se transforma em um processo de alfabetização digital.

As discussões relacionadas à alfabetização digital passam a fazer parte do cenário brasileiro a partir da implementação do Livro Verde. No entanto, é preciso ressaltar que o Livro Verde não aborda explicitamente o termo inclusão digital, e sim, aponta apenas para as discussões relacionadas à alfabetização digital. Nesse sentido, entendemos que, à medida que estas discussões ficam apenas direcionadas ao contexto da alfabetização digital, estas não conseguem dar conta dos problemas relacionados à inclusão digital nem tampouco consegue trazer para essas discussões as questões relacionadas às problemáticas sociais.

O Livro Verde ao abordar a questão da alfabetização digital da população brasileira, não estabelece uma articulação com uma possível discussão associada às questões da inclusão digital, até porque, nessa época, no Brasil o termo quase que não era utilizado. Entendemos que a apropriação da tecnologia, seu uso, transformação e aplicação em favor de interesses e necessidades individuais e comunitárias requer muito mais do que "noções básicas" para uso de determinados dispositivos tecnológicos. Ressaltamos que é necessário considerar que alfabetização e inclusão digital se distinguem, já que o primeiro se limita apenas a conhecimentos básicos para utilizar o computador e o segundo é um processo mais amplo, que ultrapassa a lógica de apenas o acesso à máquina.

No entanto, é notório um uso indiscriminado entre alfabetização e inclusão digital, onde muitas vezes esses significados se mesclam, se superpõem e freqüentemente se confundem. Nesse sentido, faz-se necessário refletirmos quanto ao significado da alfabetização, enquanto um processo educativo, e compreender a partir do conceito original de "alfabetização", o significado de alfabetização digital.

Soares (2004, p.7), defende que o conceito de alfabetizado, no Brasil, sofreu algumas alterações ao longo das décadas. Assim, por essas alterações, o indivíduo alfabetizado foi considerado desde

aquele que declarasse saber ler e escrever o seu próprio nome, passando pelo conceito de alfabetizado como aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples, ou seja, de também exercer a prática de leitura e escrita, até que, nos dias atuais, considera-se que a alfabetização está relacionada também aos anos de escolarização, em função dos quais se caracteriza o nível de *alfabetização funcional*, destacando nesse critério que, após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo terá não apenas aprendido a ler e escrever, mas, sobretudo a fazer uso da leitura e da escrita. A partir das mudanças sociais, políticas, culturais e tecnológicas, o conceito de alfabetização não atende mais a demanda do mundo da leitura e escrita; surge então o conceito de letramento. No Brasil, segundo Soares (2000), a discussão em torno do termo letramento sempre esteve enraizada ao conceito de alfabetização, o que tem levado a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois termos.

Ao considerar que a alfabetização assumiu o significado de ser um processo mecânico de codificação e decodificação do mundo das letras e que esta, por si, não atende as reais demandas relacionadas à leitura e a escrita, surge o conceito de letramento. De igual maneira ocorre com a alfabetização digital, a qual também pode ser percebida como a capacidade mínima ao uso mecânico da máquina. Kellner (2002), que apresenta o termo “alfabetização ao computador”, o conceitua como “habilidade técnica que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades datilográficas básicas, ao domínio dos programas de informática, ao acesso à informação e ao uso das tecnologias do computador”. Isso significa dizer que, com a alfabetização digital, o indivíduo adquire as habilidades e competências para manusear o computador, todavia, não adquire as competências necessárias que lhe possibilite ter uma atuação efetiva na produção de serviços e conhecimentos de forma a contribuir para as suas necessidades sociais.

Vale ressaltar que é complicado pensar que estamos em pleno século XXI e ainda nos deparamos com problemas que se arrastam há décadas e que aparentemente parecem não apresentar soluções. Mas não podemos deixar de lado, ou esquecer, as pessoas que ainda não foram alfabetizadas no “mundo das letras”. Além desse desafio, nos deparamos com a alfabetização digital, já que estas pessoas estão imersas numa sociedade que se organiza a partir da lógica digital. Assim, podemos dizer que um desafio é alfabetizar tecnologicamente, que, como já dissemos anteriormente, seria apenas as habilidades em manusear o computador. Outro é incluir digitalmente.

Nessa perspectiva, acreditamos que o movimento em torno da inclusão digital deve estar associada a diversas formas de circulação de informação, com base no modelo “todos-todos”, levando à produção e difusão do conhecimento, assim como potencializando a inserção social do indivíduo. Além disso, entendemos que o movimento de inclusão não se restringe apenas a uma simples ação formativa técnica de levar os sujeitos a conhecerem determinados aplicativos ou software, como ocorre em muitos projetos, mas, sobretudo, “um trabalho de desenvolvimento de habilidades cognitivas, transformando informação em conhecimento, transformando utilização em apropriação” (LEMONS; COSTA, 2007, p. 42-43).

A partir desses pontos, compreendemos que a inclusão digital essencialmente se diferencia da alfabetização digital, principalmente porque entendemos quando falamos em inclusão digital, que torna-se necessário pensar num movimento que possa identificar as demandas informacionais, a produção de conteúdos, a participação dos sujeitos, os quais, ao utilizar as tecnologias digitais possam questionar, participar, produzir, transformar a dinâmica social, com suas características próprias, e somando a todos os demais esforços, que exista formação e capacitação dos sujeitos, criação de redes locais, o que implica vontade e ação política. Assim, nesta visão, a inclusão vai além da alfabetização digital e assume o sentido de formação.

A perspectiva do acesso articulado à inclusão digital

Diante desses pontos levantados para a compreensão do significado do termo inclusão digital, um outro elemento que necessita ser ressaltado nesse contexto são as questões relacionadas ao acesso. Ao nos aproximar das questões que perpassam a inclusão digital, percebemos que, *acesso* é um dos termos mais utilizados, ou seja, o acesso à comunicação mediada por computador. Para Silveira (2001) quando “a maioria da população é privada do acesso à comunicação mediada por computador, está sendo simplesmente impedida de se comunicar pelo meio mais ágil, completo e abrangente” (SILVEIRA, 2001, p.30).

Rifkin (2001, p.11), aponta que “o mundo está se desenvolvendo rapidamente em duas civilizações distintas – aqueles que vivem dentro de portões eletrônicos do ciberespaço e aqueles que vivem do lado de fora deles”. Esse mesmo autor também aponta que,

“a noção de acesso e de redes, entretanto está se tornando cada vez mais importante e começando a redefinir nossa dinâmica social de uma forma tão poderosa quanto a redefinição da idéia de propriedade e de mercados às vésperas da era moderna. Até recentemente, a palavra acesso era ouvida apenas ocasionalmente, e, geralmente, restringia-se a questões de ingresso em espaço-físico. [...] Agora, acessar é um dos termos mais usados na vida social. Quando as pessoas ouvem a palavra acessar, provavelmente pensam na abertura para mundos totalmente novos de possibilidades e oportunidades (RIFKIN, 2001,p.12).”

Percebemos que para muitos estudiosos dessa temática, a inclusão está relacionada diretamente à questão de oferecer ou não oferecer acesso às informações pelo uso das TIC e da internet. Todavia, entendemos que a problemática não está limitada entre ter e não ter acesso, pois tal noção às vezes se torna imprecisa, por não ser capaz de avaliar as questões sociais que envolvem esse contexto, já que apenas o fornecimento do acesso às tecnologias não garante a inserção das pessoas no contexto social, nem garante o desenvolvimento social. O “acesso pelo acesso” não promove a construção de sujeitos autônomos, tampouco promove coletivos sociais capazes de modificarem a realidade em que estão imersos. Ou seja, percebemos que faz-se necessário que o foco não esteja apenas na questão do acesso às TIC, e sim, que aliado a isso existam ações que possibilitem a formação dos sujeitos, de forma que estes sejam “participantes” da realidade em que estão imersos.

Concordamos com Guerreiro (2006, p. 231), quando este aponta que “supor que o cidadão ao ter acesso à internet, estará habilitado para uma sociedade de informações é desprezar a complexidade do mundo atual e reforçar uma ideologia oposta à lógica de liberdade do ciberespaço”. Assim, ao abordar as questões da inclusão seguindo a lógica de apenas oferecer acesso, reforça-se a lógica capitalista, e a inclusão digital torna-se uma “tática de mercado, que desvia a atenção da realidade concreta e direciona a sociedade para uma realidade *des-virtual* e consumista do ciberespaço” (GUERREIRO, 2006, p. 232). Nessa perspectiva, não existe exercício da cidadania, e sim

consumidores de inovações tecnológicas. Além disso, concordamos, com Silveira, quando coloca que

“enquanto um jovem das camadas abastadas da sociedade tem acesso ao *ciberespaço* e a todas as fontes de informação disponíveis em bilhões de *sites* espalhados pelo globo, o adolescente das camadas pauperizadas fica privado de interagir com os produtores de conteúdo, de observá-lo, de questioná-lo de copiar seus arquivos”(SILVEIRA, 2001, p.17).”

Nessa perspectiva, percebemos que aqueles que são colocados à margem nessa sociedade capitalista e excludente terão menos oportunidade de acesso e de uso das TIC e da internet. De fato, não podemos deixar de negar que a tecnologia e a sociedade no contexto atual estão entrelaçadas, e, portanto, são “co-constitutivas, e esse complexo inter-relacionamento torna problemática qualquer hipótese de casualidade” (WARSCHAUER, 2006, p.23). Esse entrelaçamento acontece de maneira complexa nos processos sociais, e, portanto, faz-se necessário focar as transformações que podem ocorrer com o uso dessas tecnologias e não apenas a discussão ficar reduzida na questão de oferecer acesso.

Algumas conclusões

O que está em jogo no contexto contemporâneo da cibercultura é a possibilidade de “liberação do pólo de emissão”, que entendemos como a possibilidade de construção do conhecimento (Lemos e Costa (2007, p.41). Isto é, o apropriar-se das tecnologias de forma que este seja um processo “(...) aberto à resignificação, à socialização, aproveitar as possibilidades e potencialidades oferecidas pelas tecnologias, permitir-se desestruturar pelas mudanças provocadas por essas tecnologias e fazer disso um ato de criação (BONILLA, 2005, p.15).”

Segundo Lévy (1999, p.196), é preciso o acesso a todos. Mas não devemos entender isso como apenas o “acesso ao equipamento”. Para este mesmo autor devemos

“(…) antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes (LÉVY, 1999, p.196).”

Ainda, quanto à possibilidade do acesso, Gomes (2002) explica que o mercado brasileiro lidera com folga o número de computadores no mercado latino-americano, sendo mais de 12 milhões de

terminais, porém, o percentual de consumidores brasileiros que possuíam computadores em casa no ano de 2005, era em torno de 16%, segundo dados da pesquisa sobre o uso de TIC no Brasil, publicada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI. Br). Na verdade esta é uma lógica que atende aos interesses do mercado capitalista, pois esses dados também revelavam um crescimento que ocorria de forma desigual, pois cerca de 90% desses que possuíam computadores em casa permaneciam nas classes A e B. Isso significa dizer que, em se tratando de Brasil e sua realidade socioeconômica, são poucos os que possuem algum tipo de sobra em seus rendimentos para que possam investir na compra de um computador para um uso domiciliar. Além disso, temos que considerar que com o crescimento da “banda larga” surge um novo diferencial e uma nova forma de exclusão, pois a “conectividade dos ricos é bem mais veloz” (SILVEIRA, 2001, p. 38).

Desta forma, percebe-se que, mesmo estando em uma constante crescente os índices de acesso apresentados nos diagnósticos estatísticos nos últimos anos, permanece a lógica desigual de concentração, e “ (...) o abismo entre os conectados e os não conectados é ainda muito grande e tende a aumentar se nada for feito no sentido de diminuir as disparidades sociais” (PRETTO; SERPA, 2001, p.25). Nesse abismo entre os conectados e não conectados articulados com a questão do acesso, é preciso considerar por esse contexto a importância dos espaços de acesso público, conhecidos como Telecentros. Sorj (2003, p.32), destaca que os novos “produtos telemáticos exigem um custo de acesso mensal fixo (em caso de assinatura de serviços de banda larga) ou aumento no consumo de telefonia (quando o acesso se dá via linha telefônica)”. Esses fatores representam uma das principais barreiras para a sua difusão entre a população de baixa renda. Isso tem sido um dos motivos da procura pelos espaços de acesso público. Segundo Silveira (2001, p. 33) “a forma mais ampla de acesso físico ao computador e à internet tem sido a dos telecentros”.

Embora consideremos que muito ainda precisa ser feito, torna-se necessário destacar a importância desses espaços quando articulamos com a questão da inclusão digital. Uma vez que em muitos casos o papel central desses espaços vai além da questão do acesso (embora este tenha sido discurso fundamental de muitas ações), é preciso considerar a questão do uso e compartilhamento dos recursos das TIC e as possibilidades que trazem para esses sujeitos estarem articulados nessa nova realidade. Esses espaços são considerados como “um ponto de partida para construir uma sociedade em rede” (GUERREIRO, 2006, p.231), em outras palavras, podemos dizer que a luta pela universalização do acesso vai além da capacidade de adquirir e simplesmente reproduzir o conhecimento, mas busca alcançar a capacidade de operá-lo, interpretá-lo e transformá-lo, possibilitando a verdadeira inserção na sociedade do conhecimento” (ASSUMPÇÃO, 2003, p. 203)

Assim, entendemos que os espaços de acesso público se constituem em espaços fundamentais no processo de emancipação social dos sujeitos e tem um papel decisivo na garantia da democratização das tecnologias da informação e comunicação. Portanto, torna-se necessário deixar claro que não negamos a importância de se ter condições de acesso, o que não concordamos é em colocá-lo como o principal ou fator único da problemática da exclusão/inclusão digital. Reforçamos a idéia de que os esforços empreendidos para que cada vez mais se alcance a infra-estrutura para o acesso às máquinas e à rede são essenciais, no entanto esses não devem se restringir apenas a isto; se faz necessário também estimular a “apropriação criativa, a capacitação educacional e o estímulo à produção de conteúdo inovador” (LEMOS; REGITANO; COSTA, 2007, p.17). Ou seja, fazem-se necessárias ações que permitam e potencializem a formação dos sujeitos, que de uma forma ou outra são “*participantes*” desse processo.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 30/03/2009.

Referências

- ASSUMPÇÃO, Rodrigo. *Além da Inclusão Digital: O Projeto sampa.org*. São Paulo: USP, fev./2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.
- BONETI, Lindomar Wessler. Educação Inclusiva ou Acesso à Educação? In: *28ª Reunião Anual da Anped - 40 anos de Pós- Graduação em Educação no Brasil: produção de conhecimentos, poderes e práticas*. Caxambu: Anped, 2005 (Anais). Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11153int.rtf>. Acesso em 20/08/2008.
- BONILLA, Maria Helena Silveira. *Escola Aprendente: para além da sociedade da informação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca. *Sociedade da Informação: democratizar o quê?* Jornal do Brasil, 2001. Disponível em: <<http://www.faced.ufba.br/~bonilla/artigojb.htm>>. Acesso em 20/02/2007.
- BRASIL. Sociedade da Informação no Brasil. Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. *Entre a Fronteira e a Periferia: linguagem na inclusão digital*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2007.
- GUERREIRO, Evandro Preste. *Cidade digital: infoinclusão social e tecnológica em rede*. São Paulo: SENAC, 2006.
- GOMES, Elisabeth. *Exclusão Digital: Um problema tecnológico ou social?* Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro. ano 2 - nº especial - dezembro 2002. Disponível em: <<http://twiki.im.ufba.br/pub/WIE/TextosDeApoio/exclusaodigital.pdf>>. Acesso em 08/09/2008.
- KELLNER, Douglas. Trad. Newton Ramos de Oliveira. *Novas tecnologias: novas alfabetizações: reconstruindo a educação para o novo milênio*. Piracicaba – São Paulo: Unimep, 2002. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/outraspalavras/trad5.htm>>. Acesso em 10/06/2008.
- LEMOS, André; COSTA, Leonardo. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade do Salvador. In.: LEMOS, André (org). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 35-47.

LEMOS, André; REGITANO, Eugênia; COSTA, Leonardo. Incluindo o Brasil na era digital. In.: LEMOS, André (org). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 16- 33.

LÉVY, Pierre. Trad. Carlos Irineu Costa. O ciberespaço, a cidade e a democracia eletrônica. In.: *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p.185-196.

MARASCHIN, Cleci. Redes de conversação como operadoras de mudanças estruturais na convivência. In. : PELLANDA, Nilze Maria. *Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. São Paulo: DP&A, 2005, p. 135-143.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

PRETTO, Nelson De Luca; SERPA, Luis Felipe Perret. A educação e a sociedade da informação. In: DIAS, Paulo, FREITAS, C.V de. *Challenges 2001. Actas da II Conferencia Internacional de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação*. Braga: Centro de Competência Nónio Século XXI da Universidade do Minho, 2001, p. 21-41.

RIFKIN, Jeremy. Trad. Maria Lucia G. L. Rosa. *A era do acesso: a transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.

RUMMERT, Sonia Maria. *A educação e as teses de inclusão social*. Revista espaço acadêmico. n.58. Março 2006. Disponível em:<http://www.espacoacademico.com.br/058/58pc_rummert.htm> Acesso em: 29/10/2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. *Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica*. In: Seminário temático para 3ª Conferencia Nacional de C, T&I, num. 20, junho 2005. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/p_20_1.pdf>. Acesso em 11/01/2008.

SOARES, Magda Becker. Entrevista: letrar é mais que alfabetizar. In: *Jornal do Brasil*. 26 Nov. 2000. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/magda_soares_letrar_alfabetizar.pdf>. Acesso em: 29/10/2008.

_____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In.: *Revista Brasileira de Educação*. Campinas, vol 23, n. 25 Jan/Fev/Mar/Abr. 2004. p. 5-17 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em 17/10/2008.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.;Brasília, DF: Unesco, 2003.

WARSCHAUER, Mark. Trad. Carlos Szlak. *Tecnologia e inclusão social: A exclusão digital em debate*. São Paulo : Senac São Paulo, 2006.